

CARLOS DA SILVA (*)

A PEQUENA AGRICULTURA E O SEU CONDICIONAMENTO GEO-HISTÓRICO

Evidente se afigura a quem aceitou incumbir-se de tratar no âmbito dos trabalhos de presente Colóquio — em boa hora promovido pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra — a complexa questão dos determinismos e condicionamentos geo-históricos responsáveis pela formação-desenvolvimento do aparelho estrutural fundiário de base sobre o qual se define, como realidade actual e como problemática para o país, a chamada «pequena agricultura» portuguesa, que intentaram os organizadores do encontro procurar conhecer, na perspectiva do profissional de agronomia sensibilizado aos ensinamentos da geo-história económica e social, quais os mecanismos ligados ao desenvolvimento das forças produtivas e à evolução das relações de produção que, actuando nas concretas circunstâncias da matriz geográfica nacional, com as suas especificidades, tendem a explicar a resistência-vitalidade da mesma «pequena agricultura», e a evidenciar possíveis «invariáveis» (a relatividade do termo é óbvia) impostas nas suas raízes estruturais com que deva contar-se ao avaliar a sua capacidade de ajustamento em período de crise de transformação interessando o desenvolvimento do modo de produção dominante em que se enquadra actualmente.

Refira-se, porém, e desde já, o ponto de vista que se julga ser correcto, segundo o qual os factores de tal «invariabilidade» (relativa) que possam tender a explicar a multissecular resistência das estruturas da «pequena agricultura» — apartados os que derivam da influência do condicionalismo fisiográ-

(*) Centro de Estudos de Economia Agrária do Instituto Gulbenkian de Ciência.

fico, e portanto geográfico (referentes à utilização do solo, da água, e, em geral, dos recursos naturais, no quadro do desenvolvimento das forças produtivas), a ter como relativamente permanentes a certo nível de avaliação dos seus efeitos — são, essencialmente, muito mais, para não dizer na sua totalidade, a resultante ou o produto da expressão de interesses económicos e sociais estranhos à mesma «pequena agricultura», advindos do mundo exterior que a assujeitou e assujeita, do que fruto e resultado de forças inerentes a uma lógica interna do seu funcionamento, a não ser enquanto resistência como resposta aos condicionamentos que o mundo exterior e extra-agrícola impõe, sobretudo por via institucional e jurídica.

De qualquer modo, releve-se uma questão fundamental: que «pequena agricultura» importa ter em mente como objecto de consideração na análise a efectuar? Mencione-se que o que vai ser tido em atenção como problema, no âmbito de amplo critério de observação, que foi privilegiado, é o que diz respeito à génese do rígido e diferenciado universo minifundiário (envolvendo a esmagadora maioria das mais de 850 mil unidades de produção inventariadas em 1968, havidas por numerosos especialistas como mal dimensionadas ou mal apetrechadas para a moderna competitividade comercial interna, e sobretudo externa) que dá carácter à estrutura agrária portuguesa, independentemente dos estatutos com que os empresários nela se incluem (colocados à frente de empresas familiares, perfeitas ou imperfeitas, ou patronais, em terras exploradas por conta-própria ou por arrendamento ou parceria, minúsculos ou maiúsculos, mas elementos de uma mesma sociedade rural produtora de hierarquias) constituindo a pesada formação organizacional cujo amplo núcleo define o nosso *campesinato*. Por outras palavras, e na perspectiva da análise geo-histórica, o que vai ser tido em consideração é o problema da formação-desenvolvimento, ao lento ritmo da evolução que os tempos vagarosamente lhe trouxeram, dessa agricultura principalmente «parcelária e artesanal» que durante séculos teve a seu cargo a função de sustentador de fundo dos sucessivos critérios mercantis ou comerciais de governo do económico, no quadro da independência (— dependências) do país, e que a Revolução Industrial e a correlacionada Revolução Liberal, fizeram desaguar na formação do moderno *campesinato*.

A hipótese teórica de que se parte é a de que o processo de constituição das estruturas de tal universo minifundiário é,

de sua gênese, *tecnológico-mercantil* ⁽¹⁾, isto é, deriva da interferência de relações de produção moduladas e dominadas por interesses essencialmente comerciais sobre o desenvolvimento das forças produtivas, em tais termos, que, a implantação originária, toda a rigidez-flexibilidade e todas as diversificações espaciais e temporais da estrutura fundiária em causa acabam por se explicar em função da existência do referido processo de gênese, por sua vez determinador das características da evolução a que o tempo histórico e as realidades «geográficas» o têm submetido.

Quanto ao prevalecimento da influência de um dos elementos sobre o outro jogo do contrapolar *forças produtivas-relações de produção* (e diz-se contrapolar até porque respeitante a frequentes situações de conflitualidade verificadas nas relações homem-meio), no caso português, entende-se haver sido o referido processo genético das estruturas fundiárias comandado, sobretudo a partir do desenvolvimento das antigas economias centralizadas mercantis mediterrâneas, pela componente *relações de produção*, e isso através do domínio das relações sociais por elementos extra-agrícolas com o paralelo assujeitamento da força de trabalho produtiva agrícola (quer executiva, quer mesmo directiva, tomada esta no sentido profissional restrito quanto ao exercício das suas funções no quadro da divisão técnica e social do trabalho), ou, o que o mesmo é, por intermédio da imposição de *relações de colonização*.

Importa agora estabelecer como se admite que (e assim se diz porque o formular da explicação não se requer que seja mais do que de ensaio), nos termos da exposta hipótese, teve lugar a formação da actual «pequena agricultura» no caso concreto da comunidade e matriz geográfica portuguesas, procurando assinalar para o efeito o que se julga serem anenas algumas das circunstâncias essenciais do processo histórico em causa.

⁽¹⁾ Ponto de vista que já se defendeu em «A gênese tecnológico-mercantil das estruturas fundiárias»; pelo autor; in «Revista Agronómica», Vol. LV, Tomos II, III e IV, 1972.

1.1 — A APROPRIAÇÃO PRIVADA DA TERRA NO QUADRO DAS
RELAÇÕES DE COLONIZAÇÃO COMO CONDIÇÃO DETERMI-
NANTE FUNDAMENTAL DA FORMAÇÃO DA «PEQUENA
AGRICULTURA» NA EUROPA

A circunstância histórica originária, com efeitos duráveis até à actualidade, que mais significativa alteração de qualidade terá introduzido nas relações sociais inerentes à posse-utilização da *terra* pelo primitivo produtor agrícola sedentarizado, verificou-se há mais de vinte séculos na Europa mediterrânica, e correspondeu à institucionalização da propriedade privada sobre o meio de trabalho (e, portanto, de produção) que a mesma terra constitui; ficaria, desde então, transformado o novo estatuto criado e fixado pelo direito romano ⁽²⁾, em instrumento de domínio colocado ao serviço do estado centralizado comercial que Roma gerou.

A expansão imperial no Continente europeu ir-se-ia processar à custa da redução do condomínio geo-político que sucessivas intrusões de povos directamente oriundos do Centro do mesmo Continente haviam «germanizado». O futuro território português encontrava-se incluído na área de influência do referido condomínio, não sendo a Galécia e a Lusitânia de então mais do que sub-espacos regionais de uma mesma coerência sócio-económica e política ⁽³⁾.

⁽²⁾ Cf. por exemplo FÉLICIEN CHALLAYE in «Histoire de la Propriété»; P.U.F., Collection «Que sais-je», n.º 636, 1918; pg. 36:

«Le droit de propriété va prendre, comme donnée fondamentale de ce droit romain, une précision à laquelle in n'avait pas encore atteint. Les Romains y discernent trois éléments intimement unis: le droit d'user (*usus*); le droit de percevoir e garder les fruits (*fructus*); et le droit de disposer en maître (*abusus*). La propriété est conçue comme absolue — sans restrictions autres que celles qui sont, dans l'intérêt général, imposées par la loi — et comme perpétuelle: seul le propriétaire peut y renoncer, ou l'aliéner, ou la détruire; à moins qu'un accident ne fasse disparaître l'objet possédé.

Le droit de propriété ainsi défini est, d'abord, réservé aux seuls citoyens romains, et applicable seulement aux meubles et *immeubles* se trouvant en Italie. Mais, à mesure que les Romains étendent leur domination hors de Rome et de l'Italie, ils comprennent la nécessité d'accorder ce droit, selon certaines conditions, aux étrangers, et de l'appliquer aux biens possédés dans tout l'Empire. Le droit de propriété perd son caractère étroitement national; il s'universalise. Il pourra des lors, se répandre, au cours des siècles, à travers le vaste monde».

⁽³⁾ Onde não pouco importantes terão sido as heranças de organização das teocracias megalíticas. Menciona-se V. GORDON CHILDE: «Em Portugal e na França, por exemplo, zonas em que ela (a religião megalítica) foi mais geralmente aceite e mais teimosamente conservada» [...]; in «A Pré-história da Sociedade Europeia»; Colecção «Saber», n.º 43; pg. 149.

A economia, essencialmente de recollecção, desta Europa «germanizada», ou nórdica, a definir por oposição à da Europa do Sul, fundamentada na agricultura mediterrânica, esta a entrar de se diversificar, e, portanto, diferenciar pelas suas características, havia desenvolvido as suas peculiaridades, com especial relevo para a criação do gado, ainda durante o Neolítico nos termos a que a ela se refere GORDON CHILDE (citando Krichevskii) ⁽⁴⁾: a) «Uma economia baseada na criação de gado e na caça seria o método mais produtivo para a exploração do solo da Europa com equipamento neolítico»; b) «A criação de gado, concentrando o poder económico nas mãos dos indivíduos do sexo masculino, associa-se normalmente a uma organização patriarcal da sociedade»; c) «O gado, forma de riqueza facilmente deslocável», [...] «é mais apto à propriedade privada que a terra (ou, pelo menos, mais vulgarmente possuído privadamente) e, além disso, multiplica-se»; d) «Finalmente, as possibilidades de acumulação de riqueza em rebanhos, associadas à necessidade da existência de chefes para as operações guerreiras, favorecem a diferenciação económica dentro da sociedade e a ascensão de chefes investidos de poderio económico»; e) «Por tudo isto, sugere Krichevskii que o aparecimento de tribos de *pastores-guerreiros* (caso da dos Lusitanos, virá a propósito lembrar) na Europa do Neolítico Superior foi apenas resultado do desenvolvimento económico interno de sociedades neolíticas mais antigas e da separação, do corpo destas últimas, daqueles grupos que primeiro *se especializaram* na criação de gado».

A diversificação de actividades desta economia nórdica por intermédio do cultivo da terra (e da introdução de cereais, bem como da ovelha e da cabra: «plantas e animais completamente estranhos à fauna e à flora do Norte da Europa») viria a ser circunstância posterior, derivada da acção de «agricultores imigrantes» provenientes do Danúbio, que G. CHILDE situa ao nível temporal dos 4.000 anos a.C.: isto é, na mesma época em que «uma elevação geral do nível dos oceanos separou [...] a Grã-Bretanha do Continente e a Escandinávia da Dinamarca e do Norte da Alemanha», criando condições que tornaram o clima da Europa Setentrional «mais húmido», embora «não mais frio» do que era até ali, e ao mesmo tempo determinaram o alargamento para norte da mata de quercíneas dominante a sul ⁽⁵⁾.

⁽⁴⁾ Ob. cit.; pg. 150.

⁽⁵⁾ Ob. cit.; pags. 38 e 39.

Como refere TREVELYAN ⁽⁶⁾ em relação à sua Inglaterra, «a área submetida ao arado» seria, porém, «pequena», por isso que «as florestas permaneciam por abater e os vales fluviais, onde a drenagem constituía prelúdio necessário ao povoamento denso, continuavam alagados e esparsamente povoados», sendo a criação de gado a principal actividade ligada ao aproveitamento dos recursos naturais, a julgar pelas indicações: «varas de porcas a vaguear aos milhares por entre as florestas virgens de carvalhos» (feição característica da economia céltica e até pré-céltica, tanto pelo menos, quanto o havia de ser das épocas saxónica e normanda); a exploração de ovinos e bovinos constituindo «talvez a principal fonte de riqueza acumulada e o meio mais importante de troca».

O quadro da paisagem humanizada do futuro território nacional e da Península Ibérica nesta época anterior à colonização romana descreve-o ALBERTO SAMPAIO reportando-se à época do assujeitamento ⁽⁷⁾: «Orosio, referindo-se à campanha de Augusto, deixa-nos a impressão que os exércitos se moviam por entre selvas e montes erçados de fortificações»; «para oporem tanta dificuldade ao desenvolvimento da campanha, as matas não podiam estar senão nos vales, onde naturalmente abundavam os pântanos»; «os montes apresentar-se-iam então como ilhas, emergindo dum mar de arvoredo inextricável»; «em tais circunstâncias as culturas anuais haviam de fazer-se nos altos, onde o amanho era mais fácil e o resultado mais seguro, por causa das guerras incessantes»; «observa-se o mesmo na Escócia e na Irlanda em período idêntico; são tantas lação mais densa nessa época, não se reflectindo que as terras aí os vestígios da cultura nos cimos, que se julgaria a populações estavam abandonadas às florestas».

A complementaridade conflitual *pecuária-agricultura*, e conflitual porque imposta pela competitividade da *criação de gado* e da *produção de cereal* em relação à utilização dos recursos naturais, entre os quais o solo agrícola com as suas potencialidades, e as *pastagens*, no âmbito de espaços territoriais crescentemente confinados, estaria já em desenvolvimento dentro desta mata autóctone contínua na Europa «germanizada», com *tendência para a submissão do produtor de cereal ou do agricultor ao criador de gado* e mesmo a formação de «um campesinato semi-servil», como anota

(6) In «História da Inglaterra», por GEORGE MACAULAY TREVELYAN; «Edições Cosmos», Lisboa, 1944; Vol. I, pg. 27.

(7) In «Estudos Históricos e Económicos», Vol. I, «As Vilas do Norte de Portugal», Porto, 1923; pg. 26.

GORDON CHILDE⁽⁸⁾. Com a romanização do continente, o contrapolar *pecuária-agricultura* em jogo viria a ganhar, porém, outras dimensões, passando o esquema *pecuária-agricultura sujeita* das economias endógenas a ser crescentemente submetido ao esquema *agricultura-pecuária sujeita* desenvolvido pelo colonizador mediterrânico em ordem às necessidades e interesses do estado comercial e do abastecimento dos centros urbanos em que alicerçara a sua organização.

Com base nas experiências grega e púnica, a agricultura romana nascia equipada para a redução das economias coletoras do continente com a impressionante panóplia de espécies cultivadas que os séculos pouco alteraram no essencial até hoje, com os cereais e os cultivos lenhosos mediterrânicos, entre os quais a vinha e a oliveira em posição de destaque, como espécies colonizadoras. As obras dos geopónicos latinos facultam o testemunho do grau de desenvolvimento alcançado por esta agricultura.

No quadro fisiográfico peninsular, e contra a lógica das geoeconomias alicerçadas na pastorícia, quer «do Noroeste da Ibéria», dominado pela figura do «Pastor Montanhês»⁽⁹⁾, quer dos peneplanos do Centro e do Sul em que a mesma Ibéria se desdobra, a nova lógica da agricultura mediterrânica iria encontrar o mais consistente suporte infraestrutural para a sua capacidade de penetração, na rede viária continental (constituída por estradas e *pontes*)⁽¹⁰⁾ que o colonizador lançou sobre os novos espaços submetidos orientando-lhes estrategicamente os fluxos económicos, em especial os relativos à movimentação da força militar, através de cadeias de entrepostos, para Roma, como centro de comando da expansão.

A implantação desta rede viária fez-se, no actual território português, de sul e de sudeste para norte, sendo estabelecida de través sobre as principais bacias hidrográficas, com eixos pelo litoral e pelo interior, mediante penetrações ao

(⁸) Ob. cit., pg. 146: «As sociedades megalíticas da Grã-Bretanha têm sido apresentadas como constituídas por pacíficos agricultores, ligados apenas por uma devoção religiosa a espirituais homens-santos. Mas mesmo estes servos de um deus de amor podiam transformar-se em bispos-príncipes enriquecidos pela exploração de um campesinato semi-servil, ou em prelados guerreiros».

(⁹) Na expressiva designação de ANTÓNIO SÉRGIO; in «Ensaio», Tomo VIII, pg. 26 e seguintes.

(¹⁰) No quadro do desenvolvimento de específicas técnicas de adaptação ao-sujeição do meio físico que talvez constituam um dos maiores contributos do povo romano para o progresso material da Europa.

longo dos vales secundários, de modo a deixar isolados os grandes maciços montanhosos da Beira e do norte do Douro, aparentemente submetida ao entreposto continental seu polarizador representado por Mérida. Instalado o sistema-base material da expansão, a nova agricultura iria desenvolver-se a partir dele, alargando gradualmente os seus espaços de inscrição no território, em dois sentidos fundamentais: por um lado, caminhando para montante através dos vales do interior, de modo a reduzir os espaços das comunidades de montanha; por outro lado, e caminhando para juzante, de forma a dominar e trazer gradualmente ao cultivo os vales e as encostas e planuras do litoral.

Em tais circunstâncias de confrontação entre os dois sistemas geoeconómicos e políticos, porém, a arma decisória da ocupação territorial e da submissão social das áreas e povos que vieram a ser incorporados no condomínio de Roma, habilmente manejada a coberto do direito de estado e imposta pela força militar, foi, ao que se julga, a da *institucionalização da propriedade privada da terra*, através da sua concessão a privilegiados, quer de origem romana, quer representantes das hierarquias no quadro das comunidades submetidas. O novo estatuto da posse-uso da terra apresentava-se com funções-virtualidades diversas como instrumento de domínio para o colonizador, entre tais funções convindo destacar as três seguintes, por essenciais: elemento rigoroso para o sistemático lançamento dos impostos, no interesse do fisco (a elaboração de cadastros da propriedade foi um dos primeiros cuidados do poder central, como o havia de ser dos nossos primeiros reis (função administrativa); condição indispensável ao estabelecimento de estruturas fundiárias fixadas, para o efeito definidas a partir de células territoriais de base garantidas como concessão aos seus titulares com vista à sua organização como unidades administrativas para-empresariais integradas, e firmadas, para o enquadrar das estruturas sociais, no aclientelamento das classes não privilegiadas, por forma a submetê-las ao sistema (função económica e social); fórmula que iria permitir em relação ao contrapor *agricultura-pecuária* no âmbito do antagonismo-conflitualidade de sistemas anteriormente considerado (sistema germânico contra sistema mediterrânico), submeter, ao menos tendencialmente, o *criador de gado* ao *produtor de cereal* ⁽¹¹⁾, tomados ambos como entida-

(11) Ou os «povos do espaço» aos «povos do tempo», para utilizar as expressões de Zimmermann, ao estabelecer a sua tipologia das «sociedades globais».

des paradigmáticas em conflito com vista ao domínio do espaço territorial, condicionando ao primeiro a utilização dos recursos naturais dentro das áreas apropriadas, e compelindo, como consequência, o segundo, a imaginar sistemas *agro-pecuários de síntese*, que efectivamente criou e instalou nas mesmas áreas: como se sabe (função técnica).

Os actos através dos quais o colonizador induziu na prática à progressiva instalação do regime de apropriação privada da terra, terão sido morosos, mas foram simples no seu equacionamento técnico-administrativo (e os portugueses bem os conhecem por mais tarde os haverem utilizado no Brasil e em África, ou nos Açores e Madeira e mesmo na Índia), por isso que envolvendo fundamentalmente as originárias operações da *demarcação* e da *concessão* (ou reconhecimento) da titularidade de posse absoluta ou relativa ⁽¹²⁾.

⁽¹²⁾ ALBERTO SAMPAIO deixou anotados na seguinte passagem (Ob. cit., pg. 41) alguns dos aspectos basilares da evolução do processo originário de apropriação-privatização da terra, aliás e só na aparência lento, sobretudo se olhado à luz da rapidez da sua implantação e da permanência multissecular do regime até à actualidade:

«A constituição das vilas assentava fundamentalmente numa nova jurisprudência, sem a qual não saíam do colectivismo das cidades as secções dos seus territórios, que os chefes tinham ocupado, mas sem título definitivo; destes recebia agora o fisco romano directamente imposto, reconhecendo-os desde logo por detentores legais desses terrenos, de que mais tarde viriam a ser senhores exclusivos. Para exprimir pois as relações resultantes da nova ordem de coisas, era necessária também uma terminologia jurídico-agrária, que não podia ser senão a dos conquistadores.

Nos primeiros tempos, até Vespasiano pelo menos (69-79 d.C.), as vilas haviam de ter a natureza jurídica das *possessions*, que eram as partes do *ager publicus* ocupadas precariamente: os bens imóveis estavam sujeitos a um regime parecido ao deste, por elas pertencerem ao estado em virtude da conquista, segundo as teorias dos juriscultos; só depois de lhes ser conferido o *jus Lati* é que os imóveis aí se converteram em propriedade efectiva; por isso é de crer que *possessions* e *possessores* fossem os primeiros termos introduzidos; *possessio* no singular e no sentido técnico significava *usus*: para esta expressão a nova linguagem formou *posse* e de *possessor* derivou *possuidor*.

Mas desde que as províncias foram igualizadas à Itália, tanto no ponto de vista fiscal como juridicamente, então os mesmos direitos, que tinham sido apanágio dos cidadãos romanos, tornaram-se gerais; e com eles generalizou-se também a terminologia que lhes era própria; nesta exprimia-se o direito pleno ao solo por *dominium*, *proprietas*; o senhor dele por *dominus*, *proprietarius*; às duas primeiras corresponderam no neo-dialecto — *domínio* (exclusivamente no sentido abstracto) e — *propriedade*, significando quer o direito, quer a terra objecto dele; de *dominus* derivou-se *dono*, e *dom* — título honorífico; de *proprietarius* — proprietário que se tornou o termo corrente para esta espécie.»

Em relação ao país, a progressiva mancha da implantação da malha de terra demarcada e privatizada viria a desenvolver-se de sul para norte, com base na rede viária, como se anotou, penetrando pelo litoral e o interior, e daí pelos *vales e formações colinares*, de forma a reduzir as áreas de influência das comunidades «germanizadas» dos «pastores-montanheses», cujas economias já sedentarizadas tinham tendência, ao contrário, a inserir-se e progredir a partir dos *pontos altos*. Mas quanto à resistência do sistema germânico ao assujeitamento pelo sistema mediterrânico podem apontar-se-lhe duas circunstâncias significativas: a primeira imposta no facto de haverem sido necessários ao colonizador quase dois séculos (desde 193 a 23-19 a.C.)⁽¹³⁾ para dominar, nesta faixa ocidental da Ibéria, os povos nela fixados (os Lusitanos, primeiro, e depois os Galécios) criando condições para a sua gradual integração na nova economia; a segunda, esta aliás fundamental na sua importância para se poder compreender a evolução do regime de propriedade no país até à actualidade, inerente ao facto de a economia germânica assente fulcralmente na exploração pecuária, se ter cruzado, pelo que diz respeito à resistência à marcha da privatização tendencial da terra veiculada pela economia mediterrânea, de modo a limitar-lhe os seus efeitos impondo a manutenção do regime colectivista de uso da terra favorável aos interesses do criador de gado por intermédio de duas figuras do direito que só o século XIX e o século XX promoveram a transformar na sua forma e no seu conteúdo: o *haldio* (com cambiantes diversas na sua expressão, desde os de montanha, aos das areias do litoral) e o *compnascuo*, por meio do qual, dentro das variedades do seu regime, o criador de gado se manteve como importante produtor independente à custa dos nascidos da terra privatizada até ao último quartel do século XIX: sem esquecer que, por esta data, a superfície do país dada como de terra inculta e de bravios, representava ainda cerca de 50% da superfície total, sem grandes variantes de norte a sul⁽¹⁴⁾.

A criação do *mercado da terra*, implícita como resultante na lógica da instituição da propriedade privada, e o desenvol-

⁽¹³⁾ V. artigo *Lusitanos*, por MARIO CARDOSO, in «Dicionário de História de Portugal», dirigido por Joel Serrão; Lisboa, Vol. II, pg. 834.

⁽¹⁴⁾ V. *Acerca da Génese das Relações de Produção características do Latifúndio em Portugal — Tentame de Enquadramento dos Factores da sua Formação*; pelo autor; in «A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica»; Edição do CEEA; Oeiras, 1980, pg. 78.

vimento da *economia monetária* ⁽¹⁵⁾, tomados como factos tendenciais, terão sido de tal arte, duas das mais importantes consequências que a romanização trouxe consigo no domínio da organização da nova economia agrícola mediterrânica, de facto essencialmente assente na atribuição das responsabilidades e dos riscos da produção ao camponês nascente, submetido este ao regime pelos mecanismos de mercado, ainda que durante muito tempo, total ou parcialmente na qualidade de *camponês adscritício* fixado à terra por intermédio das relações de dependência fundiária.

1.2 — CONSTITUIÇÃO PRIMORDIAL DO CAMPESINATO

Havido por historicamente necessário, e até por evidente, que o actual *campesinato* não corresponde a mais do que a formação social transformada (e ajustada ao determinismo das modernas forças produtivas) que hoje representa, mediante a sua evolução no tempo, e o seu alargamento, a primitiva formação de pequenos produtores agrícolas e criadores de gado dependentes ou autónomos, gerada no seio das antigas economias europeias por efeito da imposição de relações de colonização ou de assujeitamento e do condicionamento do uso-nosse da terra atribuída aos mesmos pequenos produtores e criadores de gado submetidos ao sistema — ou sistemas porque diversos eram, na Europa germanizada e na romanizada —, importa agora verificar como tal grupo social se constituiu nas suas formas originárias, com vista a conhecer as especificidades que o marcaram no berço para lhe conferir a resistência com que tem atravessado os séculos em termos de se definir nos nossos dias com acrescentamentos de vigor na existência. Observe-se, pois, como o estrato camponês propendeu a formar-se por vias diversas, posto que convergentes, há cerca de vinte séculos, no âmbito dos dois condomínios europeus antagónicos, emergente, de um lado, por evolução dentro da socie-

⁽¹⁵⁾ Menos desconhecida, ou praticada, de facto, na Península do que no essencial da Germânia de então; com efeito, enquanto a Germânia de há vinte séculos (descrita por Tácito) «ignorava» a moeda como meio de troca e de pagamento, em especial o Sul da Península tinha começado já, e desde há muito, a ser permeável ao seu uso, designadamente a partir das áreas de influência das colónias gregas e púnicas.

dade germânica teocrática, exclusivamente rural, «livre»⁽¹⁶⁾ e organizada na base de hierarquias militares⁽¹⁷⁾, e instituído, de outro lado, por imposição do direito e da força militar do estado, dentro da sociedade romana, comandada a partir das suas polarizações urbanas e dominada pelos interesses comerciais e do aparelho administrativo.

a) — *Campesinato incipiente na Europa germanizada*

Permitem as notas deixadas por TÁCITO⁽¹⁸⁾ acerca do viver dos Germanos no primeiro século da nossa era conhecer como se encontrava organizada a economia agrícola dos povos de além-Reno por essa época; os tópicos que tais notas facultam são preciosos como testemunho:

1.º — Os homens «*abandonam os cuidados da casa e das terras às mulheres, aos velhos, aos seres mais fracos da família*», enquanto eles, «*todo o tempo que não passam na guerra*» o dedicam «*em parte à caça, mas sobretudo a viver na ociosidade*» (ob. cit., pg. 26);

2.º — «*Os povos da Germânia, como é sabido, não habitam em cidades*»; [...] «*estabelecem-se separadamente em explorações rurais esparsas, segundo uma fonte, um prado, ou um bosque lhe tenham agradado*» (ob. cit., pg. 27);

3.º — «*As terras aráveis são postas em valor pela comunidade inteira*; distribuem-nas proporcionalmente ao número daqueles que as poderão cultivar; subdividem-nas entre si, segundo a hierarquia de cada um. Todos os anos abandonam a parte que tinham explorado e vão explorar outra; existem ainda vastos terrenos baldios, porque não travam uma luta encarniçada com a fecundidade e a extensão do solo para o plantarem de pomares, murar prados ou irrigar hortas; só pedem à terra uma única espécie de colheita» (ob. cit., pg. 40);

4.º — «*Os do interior (da Germânia), mais fiéis à antiga simplicidade, traficam por meio de trocas*», posto que «os que

(16) Como a descreve TÁCITO, ao compará-la com a de Roma: «Nunca os samnitas, nunca os cartagineses, nunca as Espanhas e as Gálias, nem mesmo os partos, nos deram mais frequentes lições: é que o regime livre dos Germanos é bem mais de temer do que a tirania de Arsácio»; in *Germânia*; «Cadernos Culturais Inquérito»; Lisboa, s/d; pg. 53.

(17) TÁCITO, ob. cit.; pgs. 20 a 24.

(18) Que terá nascido em 55 e falecido entre 130 e 134 d. C. (V. «A Tirania de Nero», por TÁCITO; ed. «Seara Nova»; Lisboa, 1948, p. 7).

habitam mais próximo de nós» (por efeitos de relações de contacto, como sucedia na orla da Península Ibérica) «apreciam para as transacções comerciais o emprego do oiro e da prata e conhecem certos tipos da nossa moeda» (ob. cit., pg. 12);

5.º — «*O solo, fértil em grão, recusa-se à cultura das árvores de fruto*» (ob. cit., pg. 12);

6.º — «*O gado abunda, mas é quase sempre de pequena estatura, e mesmo os animais de trabalho não têm a corpulência dos nossos*»; não obstante, «os germanos sentem-se orgulhosos por os possuírem em grande número; *é a sua única riqueza, é o bem que mais estimam*» (ob. cit., pg. 12);

7.º — *Quanto aos escravos obtidos nas guerras e lutas, «não são, como entre nós, repartidos pelos diferentes empregos do serviço interior. Cada um deles tem a sua casa, o seu lar doméstico, que governa à sua vontade. O senhor impõe-lhe, como o exigiria a um rendeiro, uma renda moderada em trigo, gado ou roupa; as obrigações do escravo não vão mais longe»* (ob. cit., pg. 38).

O Portugal germanizado anterior ao domínio romano fica retratado na descrição de Tácito. Socioeconomia organizada militarmente para a resistência; hierarquias assentes na posse-exploração do gado como riqueza essencial e nas relações de clientela próprias da pastorícia; agricultura de subsistência com base na exploração comunitária da terra em regime parcelário não fixado ou com alternância de actividades pascigo-cultivo errante de cereal, de acordo com o designado «sistema céltico»⁽¹⁹⁾; sociedade eminentemente rural (ainda que em processo de diversificação, indutor da formação dos pré-estabelecimentos urbanos que foram as cidades), agarrada ao sentido das suas liberdades.

Sociedade não colonizada, isto é, não submetida aos interesses das classes urbanas dos estados e sociedades comerciais, incipiente ainda nela a apropriação privada dos meios de produção, entre os quais a terra continuava a ser sobretudo bem colectivo das comunidades, posto que a apropriação privada dos frutos do trabalho manifestasse já forte tendência interna para a concentração no caso do gado, que *elementos proto-camponeses* se podem descortinar no seu seio, em tais circunstâncias, pressuposto que por *campesinato* se entende (ou entenda) formação social dependente de e assujeitada por ele-

(19) V. *Acerca da Génese das Relações de Produção Características do Latifúndio em Portugal*; ob. cit., pg. 69.

mentos e grupos sócio-económicos seus exteriores, isto é, a definir por contraste e confronto com outras, no quadro do processo de apropriação privada dos meios e dos frutos da produção e da progressiva divisão técnica e social do trabalho?

Julga-se que esses elementos proto-camponeses só podem configurar-se como existentes, por um lado, na medida em que submetidos às hierarquias económicas e do mando que a própria sociedade havia produzido, e, por outro lado, na medida em que apartados como formação dos elementos ou grupos sociais não envolvidos directamente na produção agrícola. Destarte se admite que neste tipo de sociedade a figura do *proto-camponês* emerge por oposição à do *proto-absentista*, representado pelos elementos das hierarquias sacerdotal, militar, e dos grandes possesores de gado, sem esquecer que em tais comunidades sedentarizadas e hierarquizadas começava também a surgir a tendência para a detenção e a posse-uso privilegiada da terra adentro dos territórios e áreas de influência das mesmas comunidades, como o anota aliás ALBERTO SAMPAIO em relação a Portugal tomando como ponto de partida e exemplo o que se havia passado na Gália ⁽²⁰⁾.

Na formação deste proto-campesinato, talvez não apenas nascituro, mas já instalado em condições embora primordiais, julga-se que (a considerar as indicações legadas por Tácito, em especial as consubstanciadas nos pontos 1.º, 6.º e 7.º da citação anterior que das mesmas se faz) os componentes se delineavam com base nos grupos dos indivíduos «mais fracos da família» encarregados da agricultura e da subsistência, dos pastores sujeitos pelos laços do aclientamento aos criadores de gado e dos servos proto-adscritícios que a luta armada iria fazendo constituir através da escravização dos vencidos.

O perfil do camponês principiaria a recortar-se por contraposição ao do «absentista», embora integrado este na mesma comunidade rural que produzia o pão e os outros bens de que se alimentava, além daqueles com que ia providenciando à concentração da riqueza em suas mãos.

b) — *Génese do campesinato na Europa romanizada*

A concentração da propriedade rústica que durante os dois últimos séculos anteriores à nossa era precedeu, e necessariamente contribuiu em Roma para a constituição do regime

(²⁰) Em circunstâncias a mencionar mais adiante, quando se tratar da formação do campesinato nos territórios sujeitos a Roma.

do Império no seguimento do da República ⁽²¹⁾ terá sido a circunstância condicionadora que ficou na origem da formação do campesinato com as características gerais que hoje mantém face ao grupo dos grandes aquinhoados na posse da terra, uma vez instituída a apropriação privada da mesma. Também em Roma, um preexistente proto-campesinato formado por «pequenos cultivadores» havia sido objecto da colonização, aliás, interna, no caso.

ALBERTO SAMPAIO recorda o evento dando-lhe o conveniente destaque ⁽²²⁾: [...] «as guerras e confiscos de Sula (falecido em 77 antes de C.) completaram o desaparecimento

⁽²¹⁾ Assinala-se que o processo é descrito com pormenores importantes por ALBERTO SAMPAIO na seguinte passagem (ob. cit., pg. 67):

«Antes de ter sido retalhada em unidades singulares rigorosamente demarcadas, a terra romana, no princípio apropriada colectivamente, dividia-se em distritos, pertencentes às associações de famílias que os ocupavam; possuída e cultivada em comunidade agrária, os produtos repartiam-se pelos fogos que demoravam dentro da circunscrição; e o *heredium*, ou terreno de direito privativo, não era mais que um pequeno campo junto à casa, ou quintal de dois *jugera* (50 ares). Segundo a tradição, foi Numa quem repartiu *viritim* as terras que Rómulo conquistara, ou este mesmo; mas fosse um ou outro, antes da constituição de Servius já se havia operado a transformação da propriedade colectiva em individual, pois nesta época cada família (no sentido restrito) possui isoladamente uma área sua própria em que trabalha e de que se sustenta; a extensão desta, segundo Mommsen, deveria ter sido de 20 *jugera* (5 hectares).

Juntamente com esta pequena propriedade de cultivadores, que constituíam uma forte classe média rural, aparece logo a grande, sobre a qual se fundou o patriciado.» [...] «A sua extensão foi contudo no princípio muito restrita, mais exactamente uma propriedade média; no tempo de Cato regulava entre 200 a 240 *jugera* (50 a 60 hectares), nos vinhedos descia a 100 *jugera* (25 hectares). Preferia-se então possuir muitos fundos medianos, em vez de um só mais largo; e nessa propriedade dominava a pequena cultura, pois os patrícios colocavam aí em parcelas os seus clientes, entre os quais viviam administrando e dirigindo. *Só mais tarde tornando-se absentistas, o regime cultural tomou um carácter diferente* (sublinhado nosso).

[...] «A medida que a conquista se estendia sobre os povos itálicos, ia aumentando também o *ager publicus*, em consequência do confisco de um terço pelo menos da terra dos vencidos; aí fundava o povo romano *colonias* ou fazia *assignações* viritanas; na parte não assignada ou distribuída — *ager occupatorius*, os ricos talhavam *possessiones*, no princípio reversíveis ao Estado e sujeitas a um imposto, a área das quais foi fixada pela *Lei Licinia* em 500 *jugera* para os pais de família e 250 para os filhos.» [...]

«Destes diversos tipos de extensões culturais veio por fim a prevalecer o maior — o das *possessiones* consideravelmente amplificadas, e convertidas em verdadeiro domínio particular.»

⁽²²⁾ Ob. cit., pg. 69.

da pequena agricultura italiana, dando-lhe o golpe definitivo, preparado desde largos tempos. A terra passara ao poder dos capitalistas; só eles tinham os meios de operar a transformação cultural, exigida pelo extremo abaixamento do preço do trigo. Hyginus, que escrevia quase no fim do primeiro século da era cristã, fala da absorção dos pequenos fundos, como caso que vinha de longe; e Plínio, quando formulava a famosa frase — *latifundia perdidere Italiam*, criticava um facto consumado, havia muito tempo.

Se entre as grandes propriedades ficaram existindo ainda algumas pequenas, o que era natural, na generalidade aquelas tornaram-se o tipo comum, dominando o regime agrário.» [...] «São estas unidades rurais, fundadas no Império, as que chegam à Idade-Média tanto na Gália, como aqui; são os limites delas que encontramos hoje entre nós» [...] «em entidades diversamente denominadas» (como é sabido, ALBERTO SAMPAIO fundamenta a constituição cadastral das actuais freguesias rurais da região que estudou neste aquinhoamento concentrado originário posterior à romanização).

O modo de organização, anteriormente experimentado e então imposto e desenvolvido com vista ao enquadramento da pequena agricultura no seio das grandes possessões atribuídas a privilegiados (quer as mesmas resultassem de concessões, quer do reconhecimento de domínio, estas sobretudo no caso dos novos povos colonizados) afigura-se merecer grande realce, e isso no duplo sentido de que tal modo de organização, de um lado, ajuda a compreender a forma como a pequena agricultura enquadrada e assujeitada inicial veio a ser o núcleo indutor e definidor do actual campesinato, com as suas mais substanciais características, e, de outro lado, facultou o modelo técnico-político em que assentaram, no fundamental, os esquemas de implantação necessários para integrar o produtor e a produção agrícola que os diversos conquistadores-colonizadores utilizaram para estabelecer os seus *domínios senhoriais* até à actualidade, independentemente de neles imperarem relações de produção feudais, ou mercantis ou capitalistas.

1.3 — O CAMPESINATO EM PORTUGAL

a) *Relações de enquadramento — Importância de um modelo*

Sem dúvida por lhe reconhecer carácter essencial, ALBERTO SAMPAIO chama a atenção para esse modo específico de organização da economia agrícola imposto pelo estado romano quando nos seguintes termos o descreve como em funcionamento na Itália em relação ao limiar da nossa era, aliás adoptado em caso que importa haver por paradigmático com vista à administração da casa agrícola de conhecido titular do fundo celebrado no mundo das letras⁽²³⁾:

«As pequenas propriedades burguesas, do tempo de Augusto, tomando por tipo a de Horácio, à qual ele mesmo chamava *agellus*, eram incomparavelmente maiores que as antigas de cultivadores» [...]. «Consoante o dizer do poeta, o seu *agellus*, além da habitação dominical, jardins e uma pequena mata, estava dividido em duas secções — uma cultivada de conta própria por oito *operae*, dirigidos pelo *villicus* — a outra por cinco arrendatários livres (*quinque boni patres*); dava portanto trabalho a oito homens com o feitor, e a cinco famílias, cada uma com a sua casa. Se a extensão a cargo de cada família se aproximava ao tipo antigo de 20 *jugera*, com menos dificilmente poderia viver, só esta parte montava a 100 *jugera*; e se não há exagero em supor que a secção cultivada pelos oito *operae*, incluindo a mata, a vila urbana e suas dependências, fosse igual à dos arrendatários, concluiremos por uma totalidade aproximadamente de 200 *jugera* ou 50 hectares.»

Aplicado o sistema ao nosso país depois da romanização, admite ALBERTO SAMPAIO⁽²⁴⁾ que a extensão dos fundos dominiais implantados no Noroeste se desdobraria desde cerca de 50 a 500 ou 600 hectares: limites que talvez se possam considerar generalizáveis às regiões onde hoje prepondera o minifúndio; nas regiões do Sul da Ibéria, com Alentejo incluído, ter-se-á estabelecido já então — quando a propensão não haja sido anterior — a grande unidade latifundiária com características de dimensão e resistência ao fraccionamento similares às que vieram a manter-se no moderno latifúndio. Em França, segundo anota ÉMILE THÉVENOT⁽²⁵⁾, «as dimensões dos

⁽²³⁾ Ob. cit., pg. 69.

⁽²⁴⁾ Ob. cit., pgs. 72 a 78.

⁽²⁵⁾ In *Les Gallo-Romains*; Collection «Que sais-je?»; P.U.F.; pg. 33.

domínios» teriam variado «entre 250 e 3000 hectares ou mais», mostrando-se os *fundos* «muito vastos nas regiões pobres, montanhosas ou arborizadas e de mais reduzida extensão «nas zonas complexas».

O modelo figurado pela casa agrícola de Horácio, duas linhas de observações importantes suscita, entretanto, interessando ambas a definição e caracterização do campesinato como formação social intermédia com as suas típicas ambiguidades no âmbito das relações de produção.

b) *Das relações de posse da terra*

Os fundos romanos originários terão conduzido, sob o efeito das decomposições e recomposições várias derivadas do direito sucessório e das alterações provocadas pelos diversos colonizadores (Germanos, Árabes e depois Cristãos) na distribuição dos domínios, aos herdamentos privados e posses precárias fragmentadas com que a estrutura agrária do país surgiu definida no momento da independência ⁽²⁶⁾.

Por toda a parte, dentro do território português, a pequena produção de base parcelária seria a regra, em função até da incapacidade de expressivo desenvolvimento da grande exploração a partir das técnicas de cultivo viáveis, sempre artesanais. Mas — observe-se — já então pequena produção tendencialmente mercantil, isto é, tipicamente camponesa, generalizada, a dar carácter à agricultura do tempo como circums-tância predominante, por isso que ultrapassada a fase das relações de dependência fundiária, ao menos formais, durante

⁽²⁶⁾ ALBERTO SAMPAIO analisa aspectos diversos desta transformação; entre as passagens em que considera o problema, releve-se, porém, a seguinte, dado as referências que encerra em termos de síntese quanto à reestruturação com a Reconquista (ob. cit., pg. 159):

«Quando veio o governo asturiano, a coroa, fazendo a presúria dos prédios rústicos, estabeleceu logo, como regra, a conservação do regime existente; este só por excepção e violência foi alterado — política sensata, em virtude da qual continuou ininterrompida a produção agrícola e o desenvolvimento da população não obstante a confusão dos tempos. Definiu-se a distinção entre o domínio útil e o directo; distinção, que se não vinha de épocas anteriores, pode-se considerar pelo menos um resultado dos costumes agrários delas; mais tarde ou mais cedo, viria naturalmente a dividir-se a propriedade dos prédios, visto haver dentro deles lavradores parcelários tradicionais, que desde a época romana tinham a posse dos casais por arrendamento perpétuo e os transmitiam hereditariamente; destes limitou-se a coroa a receber as prestações em géneros, em dinheiro ou em serviços, distinguindo os ingénuos dos adscritos, o que era difícil» [...]; «aos primeiros deixou a liberdade e a disposição, aliás já obtida, das glebas que cultivavam,

o século XII, e inserida num mercado nacional constituído no século XIII, ou mesmo desde antes no mercado internacional.

Para além das vicissitudes e mudanças de possesores trazidas pelas lutas entre os povos colonizadores, à igreja (desde o século III ligada ao poder temporal) teria cabido — admitte-se — o papel histórico de mentor, sustentador e consolidador do sistema assente na privatização da terra (enquadrada nas normas do direito de estado) e na preferencial exploração desta através da pequena agricultura.

Na simplicidade das suas linhas normativas, o sistema de implantação e organização da economia agrícola concebido em Roma ⁽²⁷⁾ seria retomado e mantido em Portugal desde

enquanto os outros continuaram presos à terra, até se confundirem ambos nos herdeiros.

As parcelas porém que eram lavradas por servos sob a direcção do feitor, tomou-as a coroa para si nos dois domínios — em plena propriedade, e por isso se chamaram — *reguengos* (*regalengos*, *regaengos*), sendo cultivadas no princípio da restauração e durante ela ainda por bastante tempo pelos *servi* [...], «e depois pelos seus sucessores — os *reguengueiros*, sob a forma de arrendamentos contratados pelos mordomos, que na maioria provinham talvez, por geração, dos antigos vilicos».

[...]

«Se do modo como se efectuou a presúria, resultava possuir a coroa em cada freguesia, antes de fazer as alienações, duas espécies de propriedades — terras e foros, também muitos séculos depois da organização agrária romana ressurgem as mesmas classes da primitiva, apenas com nomes diversos; — o *dominus* era o rei ou os seus cessionários (sublinhado nosso); — *servi* eram os reguengueiros, cultivadores sem nenhuma propriedade, e cuja situação social passara, através de sucessivas transformações, desde a servidão pura até ao proletariado rural; — os *ingenui* chamavam-se *vilãos herdeiros* em cujo número entravam os que haviam sido adscritos».

⁽²⁷⁾ Independentemente de este se ter reproduzido como estrutura de base nos domínios senhoriais da França feudal pela forma que ALBERTO SAMPAIO refere (ob. cit., pg. 36):

«Na Gália, admitem os historiadores, a terra estava usurpada pelos nobres, quando foi conquistada pelos romanos. César lançou-lhe um tributo de 40 milhões de sestércios, que as cidades, rateavam entre si, obtendo esta soma das contribuições pagas pelos ricos em relação à área explorada por cada um; Augusto, estabelecendo o *census*, substituiu aquele por um imposto de quotidade que o detentor da terra pagava ao fisco romano; no ponto de vista fiscal a cidade desapareceu logo, e o ocupante adquiriu, em virtude do imposto e pelo mesmo facto da inscrição nesse registo, a propriedade ou quase-propriedade, que depois se tornou definitiva. Desta maneira, os senhores tornaram-se possuidores legais das secções que antes ocupavam por título precário, dentro das quais foram assinadas aos dependentes parcelas mediante certas prestações; por isso as vilas gaulesas compreenderam três partes distintas — a do senhor, terra *indominicata* da França feudal, a dos plebeus que abrangia a maior extensão, e os comunais.»

a sua independência com vista, quer a consolidar a exploração dos *antigos herdamentos* privados de raiz patricia, quer a instalar os *novos domínios senhoriais, todos primacialmente mercantis*, e isso sucessivamente, tanto nos coutos da igreja, nas honras de nobres, nas terras reguengueiras e nas terras dos concelhos (neste último caso especialmente em favor da burguesia rural sua integrante e do rei) ou nas terras livres dos homens-bons (uma vez que exploradas em parte ou no todo através de rendeiros ou de parceiros) da primeira dinastia, quanto nas terras vinculadas e nas sesmarias de além-mar, dentro das capitánias-donatarias, durante e a partir da segunda dinastia, para na sua essência subsistir, já após a Revolução Liberal e no quadro das relações capitalistas, em casos vários, diversificados regionalmente, entre os quais são exemplos típicos os do caseirato minhoto e do latifúndio alentejano apoiado em seareiros.

A caracterizar o sistema de administração da grande propriedade ou do domínio, permanecerá constante na sua esquematicidade essencial a norma: de um lado, sempre, a existência, ou possibilidade de existência de um sector do mesmo — o menos importante, por via de regra, quanto à dimensão — gerido por conta-própria pelo senhorio (a parte correspondente à antiga *terra indominicata*), aliás reduzido à inexistência no caso do total absentismo do titular; do outro lado, sempre, o sector fundamental e o mais extenso da propriedade ou do domínio compartilhado em pequenas unidades para a exploração por conta-alheia, na base do cultivo parcelário, atribuídas para o efeito tais pequenas unidades de produção, predominantemente, a servos adscritícios, enquanto vigoraram as relações da servidão (fins do século III até finais do século XI — princípios do século XIII, no caso português) ⁽²⁸⁾, ou a rendeiros, parceiros ou foreiros, ligados à terra

⁽²⁸⁾ Pelo que diz respeito ao início do instituto da servidão, anota-se, entre outras referências a que é facultada por ALBERTO SAMPAIO (ob. cit., pg. 126): [...] «é evidente ter havido nos tempos godos agricultores parcelários da classe servil, como já os houvera entre os romanos; o facto, acusado na lei visigótica, existia antes da chegada das hostes germânicas; esses servos tanto podiam descender dos antigos, como alguns beneficiados recentemente; mas foram aqueles, os que no fim do século III, sendo encontrados em parcelas dentro das vilas, os empregados do fisco inscreveram no cadastro com a denominação de *adscripti glebae*.»

Quanto ao desaparecimento da servidão em Portugal, como se sabe, refere-o HERCULANO como tendo-se verificado «durante o largo período decorrido desde os fins do século XI até aos começos do

mediante relações de posse instável condicionada pela contrapartida do pagamento da *prestação agrária*, quando passaram a dominar, primeiro a produção mercantil⁽²⁹⁾ e, seguidamente, a produção capitalista.

As especificidades da submissão deste *campesinato mercantil* no quadro do sistema continuariam, entretanto, e segundo se admite, a relevar fundamentalmente das relações de posse da terra pela via que se vai tentar estabelecer.

Imposto o sistema de administração nos grandes herdamientos e nos domínios senhoriais, os *excedentes* comercializáveis constituídos pelos respectivos detentores a partir das *pres-*

século XIII», dando-lhe o grande historiador como causas «a instituição e rápida multiplicação dos grandes municípios», «a existência dos escravos mouros» e o «acrécimo da população» (in «História de Portugal desde o começo da Monarquia até o Fim do Reinado de Afonso III»; Lisboa, 9.^a edição; Tomo VI, pgs. 194-195), mas não sem que haja de apontar-se também como circunstância sem dúvida correlacionada a de ter sido exactamente durante a mesma época («entre o século XI e o século XIII») que se desenvolveu a «*revolução comercial*» na Europa, tendo esta conduzido à formação dos dois grandes núcleos indutores do crescimento mercantil: o italiano e o hanseático (Cf. JACQUES LE GOFF, in «*Marchands et Banquiers du Moyen Age*»; PUF, Col. «Que sais-je?», n.º 699; pgs. 9-11).

(²⁹) Caso exemplar de seguimento do modelo, sob forma aliás desenvolvida por séculos de utilização, e aplicada já no quadro das *relações mercantis*, terá sido entre nós o representado pela administração integrada dos *Coutos de Alcobaça* (constituídos com base na *concessão* atribuída em 1147 e confirmada em 1153 por Afonso I à Ordem dos Cistercienses e abrangendo «*vastíssima superfície de 40 460 hectares*» demarcada sobre os actuais territórios dos concelhos de Alcobaça e Nazaré e parte norte do de Caldas da Rainha, que os «*frades Bernardos*», uma organização com «*não menos de 1 800 mosteiros debaixo da sua supremacia espiritual*», geríram com base em forais dados entre 1210 e 1422 aos catorze «*coutos*», com dimensão aproximada à de uma das actuais freguesias, de que o domínio se compunha na região), no âmbito da qual os «*colonos*» foram ligados à exploração da terra por meio de «*arrendamentos de renda fixa, ou variável por vezes no seu início, por espaço de tempo marcado, e depois perpétuos*» (aforamentos) e calculada para o efeito a área das sub-concessões (dir-se-á: facultadas por sesmarias) «*de modo a (os colonos) tirarem o necessário para o sustento de uma família*»; o que tornava variáveis tanto as áreas, «*conforme a natureza do solo*», quanto «*o tributo e o período livre (inicial) que os cultivadores tinham para desbravar a terra*». Com os *excedentes* recebidos, participou o domínio no mercado nacional e no mercado internacional.

V. a propósito da constituição e organização deste domínio o trabalho: *Subsídios para a História da Agricultura em Portugal — Coutos de Alcobaça — As cartas de Povoação*, por JOSÉ PEDRO DE SALDANHA OLIVEIRA E SOUZA; Relatório Final do Curso de Engenheiro-Agrónomo; Lisboa, 1929; de que são transcritas passagens das páginas 36, 43, 108 e 113.

tações agrárias recebidas (independentemente de o serem sob a forma de rendas, ou de tributos, em dinheiro ou generos, ou de outros onus sobre a produção, na sua variedade: mas sempre sinal de submissão com vista ao uso da terra) explicam, pela sua acumulação e gestão comercial, o enriquecimento alcançado por muitos senhorios nos seus domínios: o que terá ficado, aliás, a demonstrar pelo «êxito» aos beneficiários, com a racionalidade da lógica mercantil, a vantajosa «necessidade» do sistema de domínio sobre a terra tal como fora estabelecido. A própria concentração socialmente orientada da riqueza de raiz agrária (em benefício do rei, apoiado na burguesia urbana e rural, da igreja e das classes nobres e de outros grandes herdeiros) definiria, por sua vez, através do seu espelhamento na natureza e conteúdo do direito de soberania das classes dominantes sobre o território (com a compartição peculiar que apresentou no país na área do poder central), aquilo que se designará por *posse soberana* da terra nacional pelas mesmas classes. Desde o estabelecimento das relações de colonização que se haviam firmado como atributos desta posse a suprema disponibilidade da terra com vista à sua exploração em posse útil pelo produtor agrícola e a capacidade de exigência de um preço (renda e/ou tributo) ao mesmo produtor como contrapartida da concessão-reconhecimento legal da referida posse útil; recorde-se, de resto, que fora o próprio modelo romano originário que também neste aspecto inovara, por isso que criara a «administração fiscal» dos *fundos* responsabilizando para o efeito o senhorio patrício do domínio pela tributação dos seus acientelados.

Em tais condições, o *campesinato* e o *camponês* definir-se-iam uma vez mais por contraposição de situações, e agora em três claros planos, o primeiro importando à natureza da posse da terra em ordem ao exercício da sua actividade, a segunda respeitando à sua posição estatutária face às formações sócio-económicas de que se encontrava ou encontra dependente, a terceira interessando a própria natureza da actividade económica exercida (actividade profissional, meio de vida, meio de sobrevivência, no quadro da divisão técnica e social do trabalho).

Assim se podendo dizer que:

1.º — Submetido ao poder que detém a posse soberana da terra, o campesinato se caracterizou por lhe ser legitimado utilizá-la para a produção agrícola mas sempre em termos do que se considerará como *posse instável* face ao poder detentor da posse soberana: e instável quer no caso da exploração se verificar em propriedade própria, privada, do produtor (até

porque sujeita ao fraccionamento, por exemplo, e, portanto à instabilidade no quadro do direito sucessório; ou à insegurança da posse em função dos riscos nos resultados da exploração: o que conduz a procurar no absentismo o salvatério), quer no caso da exploração em propriedade alheia (com a conhecida precaridade de posse ocorrente nesta situação); posse, aliás, tão instável, que, para evitar tal instabilidade no caso das classes dominantes, com a degradação do poder que o fraccionamento sucessório dos domínios determinava, o poder central criou o regime da terra vinculada indivisível através da *Lei Mental* no século XV (1434), imposto de facto para garantir a segurança estrutural e institucional dos senhores dominiais mercantis;

2.º — O campesinato se demarcou do ponto de vista do seu estatuto económico-social face aos elementos sociais e agentes económicos, isto é, aos estratos ou classes sociais que o submetiam por serem parte do poder de que decorria a posse soberana da terra: assim sendo que o antigo produtor livre se separava do nobre ou do rico-homem que o enquadrava e o servo se demarcava do elemento senhorial ou do seu representante local, tal como hoje o pequeno ou o médio cultivador se aparta do latifundiário ou o caseiro minhoto do senhorio; havendo de considrear-se, aliás, ser justamente no plano de tais relações que se desenvolveu um dos mais significativamente contraditórios comportamentos do campesinato e uma das suas mais importantes marcas, qual foi a de tender a configurar a sua segurança económica na necessidade de aliança com as classes e grupos sócio-económicos que o dominavam, ou dominam, no quadro do sistema, por supor depender desta atitude a garantia da posse da terra, que sabia, ou sabe ser instável, reforçando de tal arte a própria submissão;

3.º — O camponês (e por ele o campesinato) se identifica e define, portanto, como o produtor agrícola não pertencente às classes dominantes que, subordinado às condições da instabilidade da posse da terra, aceita ou é compelido a correr e assumir profissional, social e economicamente os riscos da produção em agricultura no âmbito da sua empresa: assim se contrapondo, de um lado, e finalmente, como figura, à de todo o absentista, para, de outro lado, e como resultado do condicionamento no sentido da assunção individual dos riscos e dos resultados da produção a que o sistema o sujeita, adquirir e desenvolver, com o individualismo económico que o caracteriza, um dos mais fortes traços da sua personalidade e uma das suas maiores fraquezas, a dificuldade de se organizar.

Pelo que diz respeito às relações de posse da terra, importará assinalar, entretanto, que a *Revolução Liberal* terá introduzido uma das historicamente mais significativas alterações — senão a mais importante como condicionadora das que estão a processar-se no presente século — na estrutura e expressão do poder relativo à soberania territorial e à posse soberana da terra, por isso que, após cerca de quinze séculos (III-IV a XVIII-XIX) de enquadramento-desdobramento senhorial (primeiramente feudal, e depois mercantil) do domínio soberano sobre o território, viria a retomar as antigas tradições da governação central do estado romano, impondo o estado centralizado parlamentar capitalista moderno a partir da liquidação do regime de regionalização-descentralização hierarquizada da soberania que havia dado carácter às relações senhoriais. O que importou como consequência, depois da Revolução Liberal, haver passado a posse instável da terra por parte do campesinato a dever ser referida em exclusivo face ao estado, isto é, a nível do poder centralizado nacional (com o desaparecimento de todas as dependências senhoriais soberanas intermédias) no quadro das *relações de produção no vértice*, e terem os mecanismos de submissão passado a ser sobretudo impostos pelas vias, genericamente mais subtis, que as relações de mercado providenciam; sem esquecer, no entanto, que o novo estado centralizado capitalista industrial nascente manteve as antigas relações senhoriais-serviis ao nível das *relações de produção na base* nos casos do arrendamento e da parceria (e outras formas similares), garantindo a todo o absentista, grande ou pequeno, a condição de beneficiário do sistema, e, por este intermédio, a sua provável posição de enquadramento na respectiva ideologia.

Entendido o *campesinato* como formação social com as especificidades acabadas de estabelecer — bem próximas, em alguns dos seus aspectos das da pequena e média burguesia urbana —, importa considerar que lhe correspondem e são seus elementos constitutivos fundamentais na actualidade, isto é, como *campesinato tendente a industrializado*, os estratos integrados pelos chamados pequenos e médios empresários; com vista a precisar noção que se prende com o próprio título do presente trabalho, refira-se que a *pequena agricultura*, tomada em sentido restrito, não dirá respeito a mais do que à parte deste campesinato formada, nuclearmente, pelos pequenos empresários titulares de empresas familiares perfeitas ou imperfeitas; quando em sentido amplo se poderá admiti-la como capaz de assimilar e incorporar, pela identidade de características, parte substancial dos médios produtores, ainda que

patronais ⁽³⁰⁾. Em relação ao conjunto da formação industrial-camponesa nascente, haverá de reconhecer-se que franja mais ou menos importante dos elementos mais favorecidos pelo sistema tendem a situar-se na área das classes dominantes, enquanto, no extremo oposto, ou mesmo em situações intermédias, certos dos menos aquinhoados, ou dos mais submetidos e mais conscientes, propendem a identificar-se, em face dos seus interesses, com o proletariado.

De um ponto de vista último, convirá assinalar que o regime de apropriação a que a terra (repita-se: meio de trabalho e, como tal, meio de produção) foi submetida no âmbito do sistema através das relações de colonização, determinou, com a concentração da sua posse e o aumento da população, a respectiva raridade; daí que o reverso da figura do camponês haja sido sempre e continue a ser a do *emigrante*, definindo-se a emigração, no mais lato sentido do termo (e as relações de emigração), como a inevitável consequência-inerência lógica da colonização (e das relações de colonização).

⁽³⁰⁾ De acordo, aliás, com noções que HENRIQUE DE BARROS faculta quando pelo seguinte modo caracteriza a *Agricultura Camponesa* (in *Os Grandes Sistemas de Organização da Economia Agrícola*; Livraria Sá da Costa Editora; Lisboa, 1975, pg. 27):

«Embora o tipo de empresa próprio deste sistema de economia agrícola seja, sem dúvida, e bem caracteristicamente por sinal, a empresa familiar, a identificação não é de aceitar, porquanto este mesmo tipo é também aquele que se encontra exclusivamente sob os sistemas da agricultura de subsistência, da agricultura de dependência fundiária e da agricultura de tráfico e que não deixa de aparecer, até fortemente representado, na própria agricultura capitalista contemporânea.

Agricultura camponesa tem, neste contexto, significado muito preciso, que se pode apreender utilizando o nosso critério habitual de caracterização dos sistemas. O objectivo consiste em obter o máximo excedente possível de produção para além da quantidade necessária à vida da família. Embora destine sempre boa parte dos bens produzidos ao autoconsumo, não raro até a maior parte, o camponês esforça-se arduamente por ultrapassar o nível definido por este, de modo a conseguir excedentes vendíveis. A intensificação cultural baseada no trabalho é de regra neste sistema, mas não se traduz pela preocupação de produzir toda a qualidade dos alimentos necessários, mas sim pela de extrair da terra aqueles que esta, dadas as suas aptidões, possa fornecer mais copiosamente. As relações entre unidades de produção e grupos humanos continuam a ser apertadas, mantendo-se as situações de monolitismo sócio-económico, porém o grupo humano passa a ser, no sistema camponês, a família restrita (duas ou, quando muito, três gerações) e não já a família extensa ou o grupo de famílias.»

c) *Das relações de trabalho*

Levanta o modelo da casa agrícola de Horácio outro aspecto interessando as relações sociais do campesinato que importa agora considerar, qual é o da posição deste perante a força de trabalho (os «oito *operae* dirigidos pelo villicus» no caso do modelo) que participa na produção mediante retribuição imposta, estabelecida ou contratada previamente sem estarem o nível ou a forma de retribuição vinculados aos ou dependentes dos efectivos resultados económicos da unidade de produção para o seu titular.

Este grupo social dos trabalhadores agrícolas por conta de outrem teria tido tendência a formar-se com a própria constituição dos primeiros fundos privados e até mesmo antes: quando não queira entroncar-se em paralelo a sua génese na linha de evolução do escravo. É descrito em Roma. Admite-se que com continuidade na sua existência desde a colonização romana, tenha vindo a emergir em Portugal com o seu estatuto reconhecido e os seus direitos e deveres consagrados no quadro do direito e das liberdades municipais ao tempo da independência, como não deixou de o assinalar HERCULANO ⁽³¹⁾.

Em princípio, todo o possessor de terra-produtor agrícola ou criador de gado, grande ou pequeno, elemento das classes dominantes ou do campesinato, necessitou, necessita ou pode necessitar, da cooperação deste prestador de serviços (mediante certa retribuição) para executar parte pelo menos, ou até todas, as operações agrícolas de que a exploração careceu ou carece para conseguir que a unidade produzisse ou produza.

Do ponto de vista da delimitação do campesinato por este lado, numa primeira perspectiva, dir-se-ia que, também

(³¹) Em termos que importará, ao que se julga, recordar (V. ob. cit.; Tomo VI, pg. 286): «Era tão trivial o associar a imagem do vilão chefe de família com a do agricultor, que à primeira vista não se compreendia, fora das municipalidades, como qualquer homem dessa esfera e em tal situação pudesse manter-se e a seus filhos não pertencendo a algum dos grupos de proprietários e colonos rurais, embora existissem, como existiam, outros misteres de que tirassem meios de subsistência. Não obstara, porém, essa associação de ideias a que dos progressos da liberdade houvesse nascido uma nova entidade, a mais humilde das classes populares, a dos jornaleiros e de criados rurais assalariados, que formavam o último degrau da escala dos homens livres, servindo como de transição entre estes e os sarracenos escravos».

A estes servidores se refere, por exemplo, o Título XVIII dos «Costumes e Foros de Castel-Rodrigo» (1209), quando estabelece:

«*Ome de soldada que exire* (sair)

Tod ome que entrare con outro pera seu servicio fazer e ante de seu plazo se exir de con ele perda la soldada».

aqui, as contradições de interesses entre a formação social constituída por estes trabalhadores vivendo do emprego-venda da sua força de trabalho e as dos possesores de terra-produtores agrícolas ou criadores de gado no âmbito das suas unidades de produção vivendo da optimização possível dos resultados económicos da empresa pareceriam apontar para certa demarcação de situações relativamente clara, postado de um lado o proletariado rural, composto por esses homens trabalhando por conta alheia, e do outro o campesinato, unido pelas suas afinidades de interesses, outrora com o detentor do grande domínio, ou hoje com o grande proprietário, acaso latifundiário.

A separação, porém, nunca terá sido de tal forma simples, julgando-se necessário examinar com mais detenção a própria variedade de situações ocorrentes entre os elementos desse proletariado só na aparência homogéneo para compreender a natureza das relações sociais — conexões ou desconexões — que estabelece com o campesinato.

Assim sendo, admite-se que seja de facto exigido considerar tal variedade de situações configurando-a imposta, nos seus grandes contornos, em relação aos três seguintes estratos sociais, de facto com comportamentos diversificados dentro do mesmo genérico proletariado, e todos eles aliás portadores de específicas cargas históricas pelo que diz respeito à sua experiência no próprio domínio do ideológico:

- a) O dos pequenos produtores herdeiros ou possesores minifundiários, misto de campesinato e de proletariado, na sua maioria titulares de empresas familiares imperfeitas, vivendo quer subsidiária quer principalmente da prestação de serviços à jorna;
- b) O dos contratados, ou concertados a prazo, correspondentes aos antigos assoldados ou «homens de soldada», agrupando, entre outros servidores, os criados da lavoura, os pastores e os actuais trabalhadores permanentes;
- c) O dos jornaleiros ou assalariados temporários não possesores vivendo em exclusivo da «venda» da sua força de trabalho, e constituindo o genuíno proletariado;

os dois primeiros estratos existentes, de início sob formas primordiais e depois desenvolvidas, desde que há pequenos e grandes produtores individuais; o último, ganhando crescente expressão a partir da revolução industrial, sobretudo com os efeitos de proletarização provocados pelo aumento da popu-

lação e pela industrialização da agricultura que começaram a verificar-se progressivamente desde meados do século XIX.

As relações com o campesinato julga-se serem induzidas e diversificadas neste caso com origem no próprio proletariado em função do estatuto com que os seus elementos o integram, como se passa a procurar trazer à evidência.

Os *pequenos produtores-jornaleiros* do primeiro estrato terão vivido no passado tão submetidos ao sistema como os camponeses, de que mal se apartariam, e tendem ainda hoje a fundir-se no ou a aliar-se ao campesinato, em especial nas zonas minifundiárias — como sucede no Norte do país —, aliás tanto mais quanto mais neles prevaleça a objectiva ou subjectiva interpretação dos seus interesses face ao problema da segurança económica com base na *ideologia da posse da terra*, fortemente enraizada no seu espírito de camponeses: a menos que, em condições de pesados contrastes nos apossessamentos, como é caso nas zonas de latifúndio, as circunstâncias lhe demonstrem que a segurança económica e a defesa dos interesses pode passar pela união com o proletariado; de qualquer forma, na actual fase de desenvolvimento das forças produtivas, a submissão fundamental por intermédio do referido mecanismo ideológico continua a caracterizar liminarmente o estrato.

Os *assoldados ou contratados*, ainda que vivendo em exclusivo da venda dos seus serviços, tê-los-á marcado desde cedo a propensão para o comportamento individualista e a atitude ambivalente, submetidos por um lado ao sistema pelos *laços de aclientamento*, e colocados também perante ele a coberto das possibilidades de melhoria da situação económica que a mudança de empregador no interior do seu mercado de trabalho possa proporcionar ⁽³²⁾; agravada a posição pelo que diz respeito ao pastor como figura no âmbito do grupo, porque, sujeito aos interesses do criador de gado, o liga intimamente ao sistema a *ideologia do lucro*: tendendo, embora, por este lado, não apenas a mostrar-se descuidoso face à ideologia da posse da terra, como até a ser fortemente sensível aos obstáculos criados pela privatização da mesma com vista ao livre exercício da sua actividade, em o que não deixará de se

⁽³²⁾ No quadro, aliás, de relações entre empregador-«homem de soldada» que já o direito foraleiro procurou regular, quer quando acautelou os interesses do primeiro face às liberdades do segundo, como se verifica, por exemplo, no caso dos «Costumes e Foros de Castel-Rodrigo» citado na anterior nota (31), quer quando tratou de fixar o quanto das soldadas em relação aos pastores, como sucede nos «Foros e Costumes e Usos e juízos de Évora» dados em Alcácer para os povos de Garvão em 1207.

encontrar talvez sinal da antiga rebeldia do «pastor-montanhês» à colonização que lhe foi imposta.

Os jornaleiros não herdutores ou possesores de terra, serão destarte, no seio deste complexo «proletariado» agrícola, em grande parte caracterizado pelas ambiguidades que a submissão lhe trouxe, os únicos elementos contra os quais, como formação social, se delimitam com clareza as fronteiras do campesinato, e com ele as do todo dos possesores de terra a qualquer título, produtores ou absentistas, de facto privilegiados sempre em menor ou maior grau quanto ao direito de posse e uso da mesma terra como meio de trabalho ou fonte de rendimento.

Sem haver de se deixar de ter em atenção, porém, em tal circunstância, que se a industrialização capitalista da agricultura tender a concentrar a empresa agrícola e a propriedade fundiária (está a pensar-se na corrente ideia de que a modernização/europeização da nossa agricultura com vista à «integração» exigirá a marginalização e a progressiva eliminação das numerosas empresas minifundiárias ou não que se revelem não competitivas), a menos que a emigração e a industrialização descomprimam demograficamente o sector, a consequência será necessariamente a crescente proletarianização dos elementos camponeses.